

Dez anos de um marco na educação: a construção da memória coletiva dos professores por meio da grande reportagem¹

Louize Karoline Lazzarim²

José Carlos Fernandes³

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Resumo

O dia 29 de abril de 2015, conhecido como "Massacre do Centro Cívico" pelos professores da rede estadual de ensino do Paraná, é o resultado de uma luta travada entre educadores e o governo paranaense. As pautas da manifestação, naquele ano, traziam temas como mudança do Fundo Previdenciário dos servidores estaduais, defasagens nas estruturas das escolas e atraso no pagamento dos educadores. No entanto, o governo arquitetou uma missão que contou com bombas de efeito moral e balas de borracha, que resultou em 236 feridos. Dez anos após a greve, a data segue como um fator identitário da categoria, recuperada no livro-reportagem *Sem intervalo para sorrir*, que traz relatos dos presentes no "massacre" e narra os acontecimentos de forma simultânea, mostrando diferentes perspectivas do momento do ataque.

Palavras-chave: greve; educação; professores; grande-reportagem.

Introdução

No dia 29 de abril de 2015, cerca de 20 mil professores, educadores, alunos, pais de alunos e apoiadores da causa se reuniram em frente à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), com o objetivo de acompanhar a votação sobre o [Projeto de Lei \(PL\) 18469/2015](#), que definiria o futuro previdenciário dos servidores públicos estaduais. Foram surpreendidos por um ataque da Polícia Militar (PM), com ordens do governador da época, Carlos Alberto Richa (PSDB).

Desde fevereiro de 2015, a categoria era desrespeitada pelo governo. No entanto, no dia 29 de abril, a situação foi agravada. Foram mais de duas horas de ataque policial, com 2,3 mil balas de borracha, 1,4 mil bombas de efeito moral e 25 litros de *spray* de pimenta, de acordo com levantamento da Associação dos Professores do Paraná, a APP-Sindicato, que constitui o sindicato dos professores e funcionários de escola do Paraná. Com isso, a Praça da Nossa Senhora de Salete, no Centro Cívico, onde se situa a Alep, se tornou um ambiente de guerra.

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – 21ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Recém-formada do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e-mail: lazzarimlouize@gmail.com

³ Orientador do trabalho e professor do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e-mail: zeca@ufpr.br



Figura 1 - Fotografia sem título. Foto: Henry Milleo (2015).

As pautas requisitadas pelos servidores públicos estaduais na greve de 2015 passavam por diversas esferas, como defasagens nas estruturas físicas dos colégios e falta de professores substitutos, no que diz respeito aos professores e educadores; e falta de pagamentos — como os benefícios de férias e o terço de férias atrasados de dezembro e janeiro, vale-alimentação dos servidores da saúde que recebem até dois salários, diárias dos últimos quinze dias dos policiais e bombeiros militares que trabalham na Operação Verão e promoções — e mudança do Fundo Previdenciário de servidores de diversas espécies, como agentes penitenciários, agentes da saúde e os professores estaduais.

Até então, a aposentadoria de 33,5 mil beneficiários pertencia ao Fundo Financeiro, bancado pelo governo. Com essa proposta do governador Carlos Alberto Richa (PSDB), os servidores com mais de 73 anos migraram ao Fundo Previdenciário, arcado por servidores, que teriam o desconto direto nas folhas de pagamento (totalizando 18,5% de desconto mensal sobre o valor do salário). Os demais, seriam mantidos no Fundo Financeiro.

Na teoria, essa era uma escapatória para cobrir os rombos da administração pública, devido à crise econômica que se instaura com o início de 2015. Na prática, em

29 anos, os professores da rede estadual e demais servidores públicos poderiam ter sua aposentadoria em risco, um direito constitucional assegurado a todos os trabalhadores (art. 6º da Constituição Federal).

Como afirma o filósofo David Hume (1971), a memória não tem a ver apenas com o passado, ela contribui com a definição da identidade dos indivíduos, o que significa que esse mecanismo humano também se atrela ao presente e ao futuro. Em 2015, o “Massacre do Centro Cívico” foi responsável por unir os servidores públicos paranaenses em prol de um objetivo comum: melhorias na educação pública estadual e na carreira docente, que passava por alterações na Previdência Social. A união dos educadores foi tamanha que, ainda hoje, o dia 29 de abril de 2015 é lembrado como uma data de luto e luta pela educação, o que causa a sensação de união entre os professores.

Para documentar essa data, a autora utilizou o livro-reportagem, e flertou com elemento do jornalismo literário, um gênero que mistura características do jornalismo de forma ampla, ao exemplo do compromisso com a verdade, com elementos da literatura, como o uso de recursos de *flashback*, digressões, diálogos, aprofundamento psicológico dos personagens, narrador em primeira pessoa, etc. (Marcondes Filho, 2014, p. 272-273 *apud* Carvalho Junior, 2019, p. 5).

Ao longo do livro *Sem intervalo para sorrir* são narrados os acontecimentos do dia 29 de abril de 2015 de forma simultânea, mostrando diferentes perspectivas do momento do ataque, a fim de compor uma espécie de “mapa” dos micro-acontecimentos do “massacre”. Além disso, os relatos confirmaram a força da memória coletiva de educadores como munição para o enfrentamento do neoliberalismo na educação.

Procedimento metodológico

Para desenvolver este artigo, trabalhou-se com a revisão sistemática das fontes primárias. Para isso, foram selecionados textos do estudioso Maurice Halbwachs, sobre memória individual e coletiva, no livro *A memória coletiva* (2013); e de Paolo Rossi, da obra *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias* (2010). O referencial teórico se espalhou para autores sobre o gênero livro-reportagem, como Belo (2006), Lima (2004), Carvalho e Silva (2019).

Memória individual e coletiva

A memória, e o seu consequente resgate em textos jornalísticos e historiográficos, é estabelecida na cadência em que o ser humano se insere em uma rede conexas e sincrônica de acontecimentos, que ocorrem à medida que se vive em sociedade e, destes acontecimentos, criam-se lembranças — uma forma de tradução em linguagem daquilo que outrora fora vivenciado.

Quando se fala do dia 29 de abril de 2015, a memória desempenha um papel fundamental para manter o tema vivo, mesmo passada uma década. A partir das lembranças individuais e coletivas sobre os conflitos que marcaram a educação naquele ano, os professores de hoje estabelecem conexões entre os desafios atuais e os enfrentados há dez anos.

A precarização da profissão, com perda de autonomia em sala de aula e a plataformização (sistema de atividades por meio de sites e aplicativos do governo) são temas que foram alertados pela categoria em 2015, e hoje, num misto de ironia e profecia, se concretizam.

Anterior aos governos de Beto Richa e Ratinho Júnior (PSD), a educação paranaense passava pelo modelo da histórico-crítica. Por pedagogia histórico-crítica, como define Demerval Saviani, se entende um modelo de educação que reflita e produza críticas. No entanto, diferentemente da pedagogia crítico-reprodutivista, que não possui habilidades para proporcionar mudanças, a pedagogia histórico-crítica ostenta um caráter comprometido com a transformação social, ancorada na prática educativa questionadora e emancipadora. Promove a escrita, a fala, a produção crítica do aluno, como estratégia para a reconstrução do discurso democrático.

Para Désiré de Roustan, autor em que Halbwachs se apoia, 99% das nossas memórias são, na verdade, uma reconstrução individual e apenas 1% corresponde ao que de fato ocorreu. Ou seja, em grande parte, o que lembramos sobre um episódio são imagens criadas pela nossa própria mente.

Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum (Halbwachs, 2013, p. 69).

Em muitas situações, a sensação que os jornalistas experienciam em relação à produção de notícias do jornalismo diário é a de imediatismo, uma vez que a informação apurada se perde minutos, o concorrente deu o furo de reportagem e, ainda mais do que isso, após passado um dia, a notícia se torna velha. Nisso, surge um pensamento comum de que a memória nada importa ao jornalismo, visto que o passado é pouco revisitado pelo *hard news*. Isso se agrava com a presentificação do jornalismo atual (Marcondes Filho, 1993).

Para pesquisadores do jornalismo e da comunicação, essa sensação não corresponde com a realidade. Primeiro, porque as matérias jornalísticas servem de registro ao historiador, pois os materiais informativos são um rápido acesso à memória coletiva; e porque a produção de reportagens também se baseia em relembrar aniversários e datas de mortes, por exemplo, que são um resgate à memória. “É preciso comemorar as datas-marco fundadoras, reinstaurar o passado pela lembrança e pelo esquecimento. Ao reiterar o passado, normalmente, esses atos colocam em evidência também o desejo de futuro” (Barbosa, 2006, *apud* Lage, 2013).

[O jornalismo é] o ponto de comparação do evento presente com eventos passados (sejam localizados em um passado recente ou mais remoto), como oportunidades de analogias, como convites à nostalgia, ou mesmo através da apresentação do presente como elemento para desconstruir e tornar a construir, sob a luz de novos fatos, os acontecimentos do passado (Palacios, 2010, p. 6)

Ao papel social do jornalismo, no que diz respeito aos eventos passados — sejam eles de injustiças ou apenas de fatalidades —, atribui-se também o “dever de memória”, “o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si” (Ricoeur, 2007, p. 101). Assim, ao mesmo tempo em que as imagens do jornalismo habitam e alimentam o mundo, elas “recobram o passado através da memória e projetam futuros possíveis” (Lage, 2013, p. 9).

Ou seja, resgatam-se eventos que ainda possuem conflitos no presente, porque não foram apaziguados, assim como o que ocorreu no dia 29 de abril de 2015, em que os professores estaduais do Paraná relembram com sensação de injustiça a forma como foram tratados por apenas lutarem pelos seus direitos.

Grande-reportagem como meio de documentar o dia 29 de abril de 2015

Como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Jornalismo na UFPR, a autora desenvolveu um livro-reportagem com o objetivo de registrar as vozes dos participantes — ou aqueles que foram afetados — pelo dia 29 de abril de 2015. O livro-reportagem é um produto que combina características do jornalismo, como a responsabilidade pela verdade e apuração dos fatos, com a linguagem da literatura, que permite o uso de “flashback, digressões, diálogos, aprofundamento psicológico dos personagens, narrador em primeira pessoa, etc” (Marcondes Filho, 2014, p. 272-273 *apud* Carvalho Junior, 2019, p. 5).

Para o jornalista e doutor em Ciências da Comunicação pela USP (Universidade de São Paulo), Edvaldo Pereira Lima, o subgênero surge de uma inquietude de um jornalista que tem algo a dizer, com profundidade, e não encontra espaço para fazê-lo no seu âmbito regular de trabalho, na imprensa cotidiana.

De forma geral, o livro-reportagem possui o mesmo rigor técnico de uma reportagem padrão do jornalismo convencional, mas não possui a periodicidade e nem substitui a imprensa convencional, serve como complemento. Nele, é possível explorar e aprofundar temas, combinando características do jornalismo às da narrativa. Como objetivo, busca-se esgotar um tema, ou chegar mais próximo disso.

A concepção de um livro-reportagem requer informação capaz de superar as barreiras do imediato e do superficial, de modo a fazê-lo permanecer como objeto de interesse por muito e muito tempo. Pede também densidade, análise, conteúdo. Esses dois fatores estão quase sempre associados à extensão do texto e à capacidade do autor de construí-lo (Belo, 2006, p. 42).

Além disso, o livro constrói um mapa do dia 29 de abril de 2015, usando recursos como a simultaneidade, à maneira do clássico Hiroshima, de John Hersey, sobre a explosão da bomba atômica em Hiroshima: “enquanto determinado professor estava fazendo isso”, “outro indivíduo estava fazendo aquilo”. Assim, a narrativa é composta por vozes distintas, por meio do relato de micro-acontecimentos individuais.

Foram mais de 20 fontes consultadas diretamente para compor a narrativa do livro *Sem intervalo para sorrir*, entre elas professores e professoras da rede estadual, jornalistas, policiais militares e políticos, como o ex-prefeito Gustavo Fruet e o ex-governador Beto Richa. Os personagens que conduziram a grande reportagem com maior presença foram o Fabiano Stoiev, professor de História do Colégio Estadual

Bento Munhoz da Rocha; Ângela Machado, professora de História e vereadora de Curitiba pelo PSOL; e Valci Mattos, professora das séries iniciais, aposentada.

De acordo com os estudiosos do jornalismo literário Susan Jacobson, Jacqueline Marino e Robert Gutsche (2015), existem quatro pontos que se repetem entre os livros-reportagem: a cena, diálogo, caracterização e tensão dramática.

A construção da cena surge como um recurso similar aos produtos cinematográficos, a fim de que o leitor se sinta dentro da história e experiencie a situação vivida pelos personagens. Os diálogos buscam trazer a tensão do momento documentado, assim como a caracterização, que transforma fontes — os professores, no exemplo do dia 29 de abril de 2015 — em personagens, para que os leitores se sintam envolvidos com o acontecimento e se aproximem ainda mais da história.

Por fim, a tensão dramática se refere ao momento em que o leitor espera a resolução — ou não — do problema. Durante o "Massacre do Centro Cívico", os professores continuavam em torno à Alep porque tinham esperança que a votação fosse adiada, visto a crueldade que foram impostos, mas isso não foi um impeditivo para que a Mudança do Fundo Previdenciário fosse aprovada na tarde de 29 de abril de 2015 — o momento de tensão que o leitor busca descobrir ao longo da leitura.

Como resultado, o livro conta com 103 páginas, divididas em cinco capítulos. Para fazer essa divisão, a autora se inspirou em *Todo dia a mesma noite*, de Daniela Arbex, que segue uma linha cronológica de acontecimentos. Dessa forma, os capítulos foram nomeados como: “O “Massacre” em formação”; “O preparo para encontrar o inimigo”; “Entre um ônibus e outro, um amigo pelo percurso”; “O projeto não passa”; e “O que fica após o “Massacre”.

A escolha do nome *Sem intervalo para sorrir* surgiu a partir de uma das entrevistas, com a professora Simone Incote, que leciona a matéria de Química no Colégio Estadual Padre Cláudio Morelli, localizado no bairro Umbará, de Curitiba. Em uma de suas falas, ela cita que os docentes do colégio têm a tradição de se reunir na sala dos professores durante os intervalos, a fim de que compartilhem suas experiências ao longo das primeiras aulas. A impressão que teve ao chegar à manifestação do dia 29 de abril de 2015 foi similar ao que ocorria nos intervalos do colégio, no entanto, naquela ocasião, os professores não estavam sorrindo e conversando casualmente. O clima era de tensão. Dessa cena, surge *Sem intervalo para sorrir*.

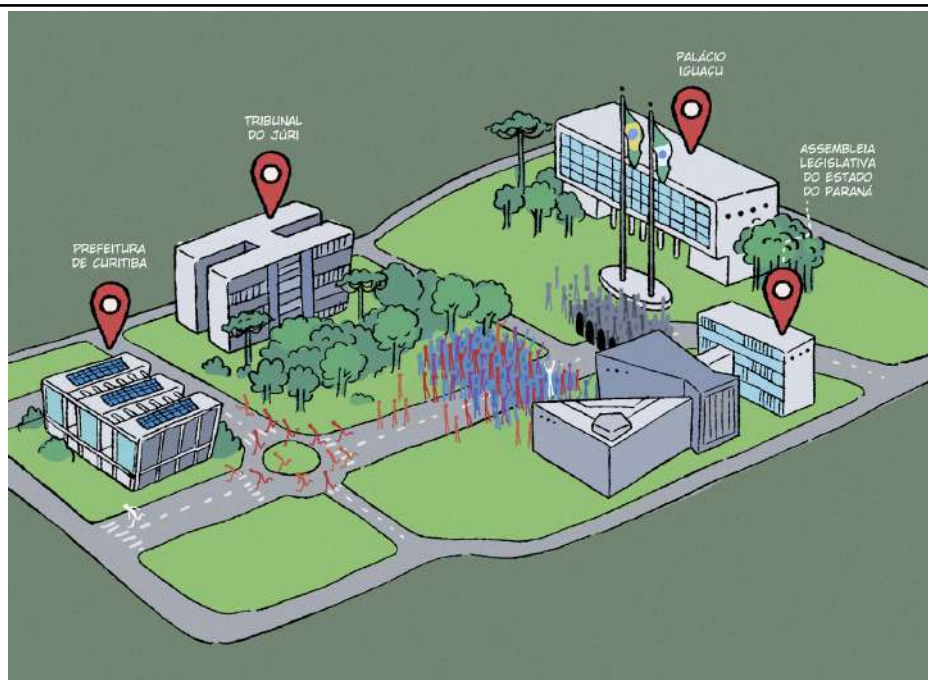


Figura 2 - Mapa do Centro Cívico no dia do “Massacre do Centro Cívico”. Ilustração: Luan Alves

A ilustração da capa foi pensada para representar três importantes personagens do livro: Fabiano Stoiev, Valci Mattos e um jovem. O professor Fabiano Stoiev foi até o local com equipamentos de segurança, como capacete, luvas, joelheiras, tornozeleiras, máscara e uma mochila com uma pasta de plástico no interior, para impedir que balas o atingissem na região abdominal. Ao longo do confronto, Stoiev achou uma bandeira da APP-Sindicato e, para representar a organização que fazia parte, a carregou pelo restante da manifestação, motivando sua ilustração na capa. A professora Valci Mattos levou o estatuto do idoso até a Alep e lia trechos aos policiais, na esperança de que eles poupassem a vida dos idosos — o que não ocorreu, pois ela foi atingida por uma bala de borracha na parte inferior da sua perna. E, por fim, um jovem, para representar os alunos que também marcaram presença no “massacre”.

Em uma das passagens do “massacre” lembradas por Stoiev, ele se abraça com a atual presidente da APP-Sindicato, Walkíria Mazeto, e diz que “só o abraço foi necessário” e que não houve mais nenhuma palavra trocada. Para o teórico Chris Anderson (1989), o silêncio é uma parte importante de um livro-reportagem, já que o leitor precisa “[...] fazer conexões entre a dramatização diante de nós e os temas maiores que isso implica” (Anderson, 1989, p. 52).

No dia 25 de abril de 2025, o livro-reportagem *Sem intervalo para sorrir* foi lançado em evento na APP-Sindicato, contando com a presença de professores, educadores e indivíduos sensibilizados com a causa. Entre os participantes, estiveram presentes os professores Fabiano Stoiev e Ângela Machado, que além de suas lutas para a defesa da educação, também se tornaram símbolos do dia 29 de abril de 2015, devido às fotos que registraram suas participações.

Considerações finais

O principal objetivo deste trabalho foi registrar as vozes dos manifestantes e dos trabalhadores que estiveram presentes ou foram afetados pelo dia 29 de abril de 2015, em frente à Alep. Ao longo das entrevistas, percebeu-se que há um desejo dos personagens, mesmo após quase uma década do ocorrido, em expor e relembrar o que vivenciaram durante o “massacre”, apesar da dor e do trauma que ainda perdura.

Ano após ano, o “Massacre do Centro Cívico” continua sendo lembrado pela categoria em forma de protesto e, além disso, como reafirmação da identidade do grupo — que possui papel formador dentro e fora de sala de aula. O livro-reportagem *Sem intervalo para sorrir* aparece também como registro e preservação dessa memória, para buscar melhores condições de ensino aos jovens brasileiros.

Por meio da grande-reportagem, que resgata elementos do jornalismo literário, os professores puderam refletir sobre os 10 anos que separam a categoria de um marco na educação. Os desafios enfrentados em 2015, no entanto, permanecem atuais, com a perda de autonomia em sala de aula e o avanço do neoliberalismo no ensino, por meio das plataformas em que os alunos cumprem atividades em ritmos incansáveis.

O ano de 2015 é o início de uma jornada de luta dos professores por melhorias na educação, o que reforça a urgência do presente trabalho, visto que propicia a preservação da memória de um enfrentamento significativo ao buscar direitos trabalhistas e educacionais, além de denunciar a violência policial contra manifestantes.

Dessa forma, o projeto do livro-reportagem destacou a importância para debate de temas sensíveis como o do “Massacre do Centro Cívico”, pois os materiais informativos são um rápido acesso à memória coletiva, e porque a produção de reportagens também se baseia em relembrar aniversários e datas de mortes, por exemplo, que são um resgate à memória. “É preciso comemorar as datas-marco fundadoras, reinstaurar o passado pela lembrança e pelo esquecimento. Ao reiterar o

passado, normalmente, esses atos colocam em evidência também o desejo de futuro” (Barbosa, 2006, *apud* Lage, 2013).

Referências

ANDERSON, C. **Literary Nonfiction**. [s.l.] Carbondale: Southern Illinois University Press, 1989.

APP-SINDICATO. **Governo Ratinho Jr. admite ‘esforço’ para criar condições que darão lucro às empresas com a privatização de escolas**. Curitiba, 2024. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/governo-ratinho-jr-admite-esforco-para-criar-condicoes-que-darao-lucro-as-empresas-com-a-privatizacao-de-escolas/>. Acesso em: 07 de dezembro de 2024.

BARSOTTI, A. **Memória e esquecimento no jornalismo**: Do papel à desmaterialização digital. ALCEU, v. 20, n. 40, p. 10-26, 2020. Disponível em: <https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/43/35>. Acesso em: 10 de dezembro de 2024.

BELO, E. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006. 139 p.

CARVALHO, R.; RIBEIRO, M.; SILVA, D. **Livro-reportagem**: a relação entre o jornalismo e a literatura. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1023-1.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sido. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HUME, D. **Tratado da natureza humana**: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais. São Paulo (SP): Ed. Unesp, 2009.

JACOBSON, S.; MARINO, J.; GUTSCHE, R. E. **The digital animation of literary journalism**. *Journalism: Theory, Practice & Criticism*, v. 17, n. 4, p. 527–546, 2015.

LAGE, L. **Jornalismo e o dever de memória**. 9º Encontro Nacional de História da Mídia, Rede Alcar, Porto Alegre, p. 1-13, 2013.

LAZZARIM, L. **Sem intervalo para sorrir**: memórias de 29 de abril de 2015, o dia em que professores entraram em batalha para defender o ensino público. Curitiba: Edição independente, 2025.

ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2013.